

EDUCAÇÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR EM TIMOR-LESTE

Samuel Penteado Urban¹

Resumo

A Educação Popular em Timor-Leste tem sido base da resistência no país há muitas décadas, potencializadas pela Pedagogia Freireana, que esteve por trás desde os processos de alfabetização e letramento num contexto de guerrilha, sobretudo na década de 1970, e que também está por trás da construção da principal instituição de Educação Popular do país: o Instituto de Economia Fulidaidai-Slulu (IEFS). Desta forma, o presente texto, visa apresentar o IEFS e seu papel na produção do conhecimento visando a conquista da soberania alimentar em Timor-Leste, tendo como base as pesquisas que vêm sendo realizadas desde 2013, bem como reflexões teóricas acerca da Educação Popular em Timor-Leste, estabelecendo relação com os estudos oriundos das Epistemologias do Sul, pensando a questão econômica buscando relacionar à produção agroecológica rumo à soberania alimentar, sendo possível concluir que o IEFS tem importante papel na organização, conscientização e desenvolvimento de tecnologias primordiais para o combate à pobreza, sendo uma resistência epistemológica na sua relação com a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Agroecologia, Educação Popular, Epistemologia, Timor-Leste.

Abstract

Popular Education in Timor-Leste has been the basis of resistance in the country for many decades, fueled by Freirean Pedagogy, which has been behind the literacy and literacy processes in a guerrilla context, especially in the 1970s, and which also underpinned the construction of the country's main Popular Education institution: the Fulidaidai-Slulu Economic Institute (IEFS). Thus, this text aims to present the IEFS and its role in producing knowledge aimed at achieving food sovereignty in Timor-Leste. It is based on research conducted since 2013, as well as theoretical reflections on Popular Education in Timor-Leste, establishing a connection with studies originating from Epistemologies of the South. It considers the economic question, seeking to relate it to agroecological production toward food sovereignty. It is possible to conclude that the IEFS plays an important role in organizing, raising awareness, and developing essential technologies for combating poverty, acting as an epistemological resistance in its relationship with the construction of knowledge.

Keywords: Agroecology, Popular Education, Epistemology, Timor-Leste.

INTRODUÇÃO

Timor-Leste se apresenta hoje como um país independente, mas composto por diversos problemas sociais como resultado histórico de longos processos de invasão, com destaque para as invasões portuguesa e indonésio-estadunidense.

¹ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: samuelurban@uern.br

Vale apontar que a opção pela utilização do termo “invasão Indonésio-estadunidense” é inspirada na análise realizada por Noam Chomsky (2000) acerca do papel dos Estados Unidos da América (EUA) na invasão do Timor-Leste.

Em resistência a todo esse processo e como consequência da formação do movimento social do campo União dos Agricultores de Ermera (UNAER), houve a idealização e a criação da universidade popular camponesa intitulada Instituto de Economia Fulidaidai-Slulu (IEFS), em parceria com o Instituto de Estudos de Paz e Conflito da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), com a Cooperação Brasileira em Educação (PQLP/CAPES) e com a ONG local Kdadalak Sulimutuk Instituto (KSI). Universidade essa que, guardadas as devidas peculiaridades de cada país, se assemelha e tem como inspiração a Escola Nacional Florestan Fernandes (URBAN, 2023).

Um dos objetivos do IEFS é a conquista da soberania alimentar em Timor-Leste. E isso é uma preocupação real, tendo em vista que há uma grande dependência externa do país no que se refere à alimentação, o que resulta em imposições externas proporcionadas pela Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) acerca da aquisição de agrotóxicos e insumos sintéticos com a promessa de sanar o problema da fome/desnutrição no país (URBAN, 2024).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o IEFS e seu papel na produção do conhecimento visando a conquista da soberania alimentar em Timor-Leste, tendo como base as pesquisas que vêm sendo realizadas desde 2013, bem como reflexões teóricas acerca da Educação Popular em Timor-Leste, estabelecendo relação com os estudos oriundos das Epistemologias do Sul, pensando a questão econômica buscando relacionar à produção agroecológica rumo à soberania alimentar.

Destaca-se que o próprio nome do Instituto traz a concepção de produção de conhecimento realizada pela escola, sendo ela uma concepção baseada em conhecimentos ancestrais que significam trabalho conjunto/solidário (*Fulidaidai-Slulu*).

METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de pesquisas de caráter ativista que venho realizando desde 2013, quando atuei junto à Cooperação Brasileira em Timor-Leste como professor formador. Dentre as demandas da cooperação, surgiu a possibilidade de atuar junto a UNAER sob intermédio do Instituto de Estudos de Paz e Conflito Social da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL). Isso se transformou em minha dissertação de mestrado, e em

seguida, pude realizar meu doutorado sanduíche junto a UNTL, dando continuidade à mesma pesquisa iniciada anteriormente.

Destaca-se que em continuidade a essas pesquisas, minha presença em Timor-Leste tem sido constante, sobretudo na relação com o IEFS e com a UNTL, já que tenho coordenado um projeto de Cooperação Técnica em Agroecologia na parceria entre Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e UNTL, bem como realizei meu estágio pós-doutoral junto ao Instituto de Estudos de Paz e Conflito Social da UNTL.

Nesse sentido, o fato de eu ter estado imerso no cotidiano de alguns movimentos sociais em Timor-Leste para a realização de minha pesquisa de pós-doutorado, bem como pude entre os anos de 2024 e 2025 atualizar algumas das minhas reflexões que foram feitos em trabalhos anteriores, sobretudo em relação às disciplinas do IEFS.

Cabe destacar que o aspecto ativista da presente pesquisa caminha no sentido do que Freire (1981) classifica como métodos de pesquisa alternativa através da ação, no sentido da revolução na era da globalização (D'SOUZA, 2010). Isso se dá em consonância com a própria essência contra-hegemônica da escola: Fulidai-Slulu.

Além disso, este trabalho se insere, em seu aspecto geral, no que se denomina comumente como pesquisa qualitativa, mesmo que para o desenvolvimento dessa investigação tenha sido trazido alguns números com o intuito de fundamentar parte da pesquisa. Nesse sentido, o presente trabalho é fruto também de reflexões teóricas acerca da Educação Popular em Timor-Leste com base em Silva (2020) e Urban (2020, 2022, 2023) e Urban, Silva e Linsingen (2021); estabelecendo relação com os estudos que discutem ou se relacionam com as epistemologias oriundas do Sul global, em especial, com base em Mbembe (2018) e Santos (2010). E por fim, será utilizado de Santos (2012) com o intuito de se pensar a questão econômica.

REFERÊNCIA TEÓRICO

Para a fundamentação teórica do presente texto, alguns conceitos serão apresentados aqui, sobretudo acerca do entendimento do que vem a ser os processos de invasão/colonização para que seja possível compreendermos a realidade contemporânea de Timor-Leste. Diante disso, considerando aqui o IEFS como resistência epistemológica, o mesmo será pensado com base na “Ecologia de Saberes” e no “Pensamento abissal”.

Desta forma, começaremos apresentando aqui o que entendemos por colonização. Nesse sentido, Mbembe (2018), se referindo ao necropoder na relação com a colonização,



afirma que o processo de invasão colonial é a “apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais” (MBEMBE, 2018, p. 38). O autor ainda acrescenta dizendo que essas novas relações sociais produziram

(...) fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; [bem como] a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2018, p. 39)

Cabe dizer que, em Timor-Leste, todo esse processo de invasão caracterizado por Mbembe (2018) se referindo, sobretudo, a África do Sul, aconteceu em Timor-Leste, proporcionado pelas invasões portuguesa (por volta de 1515) e pela invasão Indonésio-estadunidense ocorrida em 1975.

Na relação direta com o tema da pesquisa, destaca-se que a “subversão dos regimes de propriedade existentes” gerou a expropriação de terras, sendo que no período do domínio português, essa expropriação se deu por meio de uma empresa ligada ao próprio estado português, a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT); e no período do domínio indonésio-estadunidense através da P. T. Demok Hernandez International (URBAN, 2022).

Desta forma,

(...) no período que antecede 1975, a principal luta dos agricultores e demais setores da sociedade leste-timorense, era uma: a luta pela conquista da independência. Tal luta englobava, ainda, as lutas pelo acesso à terra e pela alfabetização, já que nesse período, em especial no distrito de Ermera, utilizava as terras do município e do país para o cultivo do café, fazendo com que os timorenses trabalhassem num regime de quase escravidão no lugar em que, outrora, foram donos. No período após 1975, ou seja, após a invasão indonésia, a luta primordial era para que houvesse a restauração da independência da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Nesse contexto, tanto as lutas pela terra, como as lutas contra o analfabetismo, estiveram internalizadas com foco na conquista da independência. Destaca-se o papel da empresa P. T. Demok Hernandez International como responsável pelo monopólio da terra durante o regime indonésio, pois explorava a situação economicamente, através da produção cafeeira, fazendo dos timorenses seus “funcionários” nos mesmos moldes da SAPT. (URBAN, 2020, p. 28)

Em resistência a todo esse processo de invasão e consequente expropriação da terra, em meados de 1973, com base na obra *Pedagogia do Oprimido*, foi iniciado um processo de educação popular que objetivou a conquista da independência, que aconteceu em 28 de novembro de 1975, através da proclamação da independência realizada pela associação política Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN).

No entanto, em 7 de dezembro do mesmo ano, o país foi invadido pela parceria Indonésia-EUA, com o argumento de que era necessário frear a “ameaça comunista” na região (CHOMSKY, 2000). Região esta localizada na zona Ásia-pacífico e que possui grandes reservas de petróleo para serem exploradas.

Em termos práticos, os Estados Unidos da América realizaram, de forma indireta, a invasão em Timor-Leste (CHOMSKY, 2000, p. 37), utilizando-se de representantes regionais geograficamente próximos a Timor-Leste, sendo o que Harvey (2010) define como “hegemons regionais”. Estes, representados, sobretudo, por Indonésia e Austrália.

Segundo Chomsky (1999), com a autorização secreta de Washington (CHOMSKY, 1999), Timor-Leste foi o local de algumas das piores atrocidades da era moderna (CHOMSKY, 1999a), que gerou a morte de um terço da população nos 24 anos de invasão Indonésio-estadunidense. Nesse sentido, foi apenas em 1999 que os invasores iniciaram sua retirada da parte leste da ilha de Timor, tendo como marco histórico o referendo, em que 78,5% dos timorenses decidiram pela separação do território Indonésio, isto é, pela restauração da independência que aconteceu em 2002. E como “resultado histórico de todo esse processo de invasão, constata-se diversos reflexos na sociedade timorense, dentre eles, na educação e na questão da terra.” (URBAN, 2022, p. 34).

Em contrapartida,

Diante desse quadro, surge o Instituto de Economia Fulidaidai-Slulu (IEFS) – sujeitos da presente pesquisa desde o mestrado -, com o intuito de realizar uma denúncia em relação ao status quo e, ao mesmo tempo, construir algo junto com o outro, ou seja, uma nova forma de economia estabelecida no âmbito da solidariedade, buscando favorecer a construção ou consolidação da emancipação dos envolvidos, em especial, do Povo Maubere. A presente denúncia se constrói em contraponto aos séculos de opressão proporcionados por uma educação “bancária” (FREIRE, 1997) que não se baseava nas reais necessidades (percebidas) dos educandos. (URBAN, 2022, p. 35)

Ainda conforme apresenta Urban (2022), a formação dessa escola surgiu inicialmente do movimento social do campo UNAER, “no sentido de construir uma escola diferente,

podendo-se inferir que há uma intrínseca relação entre o conhecimento local e o acadêmico (ciência moderna).” (URBAN, 2022, p. 36)

Conhecimento local compreendido como conhecimentos camponeses produzidos na luta pela reforma agrária e pela sobrevivência a partir da agricultura, que na relação com conhecimentos oriundos da ciência moderna, a partir, sobretudo, das relações estabelecidas com a Cooperação Brasileira e com a UNTL.

Destaca-se, então, o que Santos (2010) define como Ecologia de Saberes, sendo ela uma contra-epistemologia, que se liga a uma forma de pensamento distinta daquela oriunda do Norte global, o pensamento abissal. Forma de pensamento essa denominada por Santos (2010) como pensamento pós-abissal. E neste sentido, o autor afirma: “Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico.” (SANTOS, 2010, p. 54).

De forma mais detalhada, o mesmo autor ainda acrescenta:

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não- científicos (SANTOS, 2010, p. 57)

E como bem acrescenta Santos (2010, p. 57), “É por isso que o uso contra-hegemônico da ciência não pode limitar-se à ciência”. E desta forma, “a menos que se defronte com uma resistência ativa, o pensamento abissal continuará a autorreproduzir-se, por mais excludentes que sejam as práticas que origina. Assim, a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica” (SANTOS, 2010, p. 49)

A ideia de resistência epistemológica se dá pelo fato de que “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2010, p. 49-50). E “Isto significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas. Ela requer, de facto, um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal.” (SANTOS, 2020, P. 50).

E é desta forma que é possível compreender o IEFS, ou seja, como resultado histórico de manifestações populares de educação que aconteceram durante a resistência timorense contra Portugal e contra a invasão Indonésio-estadunidense (URBAN, 2019; URBAN,

SILVA, LINSINGEN, 2021), e que como no passado, tem como essência um pensamento pós-abissal validado pela conquista da restauração da independência, mas que agora tem como centralidade a luta pela soberania alimentar, que será melhor exemplificada no próximo item deste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a presente discussão sobre a luta pela soberania alimentar, faz-se necessário trazer um panorama geral acerca da situação da fome em Timor-Leste, mais especificamente acerca da desnutrição crônica. Sobre isso, destaca-se que, com base nos documentos publicados pela Unicef (2018, 2020, 2022), 50,2% das crianças menores de 5 anos se enquadram dentro dessa concepção de desnutrição. E isso tem a ver com a produção insuficiente de alimentos exercida pelo país (URBAN, 2024).

Além disso, outro fator relacionado à insegurança alimentar é o alto índice de pobreza, já que com a falta de recursos financeiros para a compra de alimentos, potencializa o problema da desnutrição infantil, gerando também o problema do processo migratório que se realiza em direção à capital Díli.

A partir disso, referindo-se aqui à produção de alimentos, Santos (2012, p. 69), afirma que “Uma política do consumo isolada da política da produção pode levar à penúria e à necessidade de recorrer ao exterior para o abastecimento de bens de consumo essenciais”. E é esse desafio que os camponeses de Ermera pretendem superar, tendo como principal arma a Educação Popular realizada por meio do IEFS.

Desta forma, de maneira sucinta, cabe dizer que o IEFS teve sua formação e idealização iniciada com a própria formação da UNAER, no ano de 2010. Em meados de 2013, em meio a parceria estabelecida entre Cooperação Brasileira, UNTL, Kdadalak Sulimutuk Instituto (KSI) e UNAER, iniciou-se a discussão curricular nas assembleias junto aos próprios camponeses, bem como a formação de professores para atuarem no IEFS. Os educandos dessa formação (futuros professores naquele momento) eram algumas lideranças internas da UNAER e após formadas, essas lideranças ministrariam aulas no IEFS.

As aulas do Instituto tiveram seu início em 2015, sendo que as atividades do IEFS continuam ativas, e até mesmo se expandiram para outro município do Timor por meio da Escola Popular de Agroecologia, localizada em *Manufahi* e construída pela própria UNAER.



Com base na perspectiva teórica utilizada na presente pesquisa, é possível caracterizar o processo de construção do IEFS em contraposição ao pensamento abissal advindo das epistemologias do Norte, fazendo assim, a partir das epistemologias do Sul, emergir um pensamento pós-abissal. Segundo Santos (2019, p. 219), “o conhecimento pós-abissal são concebidas pelas epistemologias do Sul como artesanias das práticas”. Nesse sentido, as epistemologias do Sul se referem à produção e a validação dos conhecimentos nascidos na luta, ou seja, daqueles “produzidos a partir das perspectivas daqueles e daquelas que sofrem as injustiças e violências geradas pelo colonialismo, capitalismo e patriarcado.” (SANTOS, 2018, p. 56). Em termos práticos, acerca da construção curricular, Freire e Nogueira (2014, p. 41), apontam que um equívoco ligado à investigação abissal está na proposição de “pacotes e conteúdos prévios à luta e resistência popular”, ou seja, na substituição da luta por pacotes de “saber-agir” (FREIRE, NOGUEIRA, 2014, p. 41). “Quando isso ocorre estamos reproduzindo a dominação sobre eles. Estaremos impondo nosso método de conhecimento por cima da inteligência deles.” (FREIRE, NOGUEIRA, 2014, p. 43).

E qual é o papel do IEFS na luta pela soberania alimentar?

Tendo como base as demandas referentes à criação do IEFS, por meio de vários encontros, houve a formação de um projeto curricular que buscou trabalhar com temáticas variadas e contextualizadas à realidade dos integrantes da UNAER (URBAN, 2022).

As disciplinas da escola são: Diversificação da agricultura, Escrita do diário, Educação Popular, Educação Ambiental e Florestal, Política da República Democrática de Timor-Leste, Economia Fulidaidai-Slulu, Agricultura Integrada, Pedagogia *Ukun rasik an*, Cultura Popular, Pedagogia da Terra Maubere, Adubação Orgânica e Reforma Agrária.

De forma mais detalhada, apresentaremos a seguir as disciplinas do IEFS, por meio de uma divisão e classificação que visa apenas a melhor interpretação dos resultados.

Desta forma, as disciplinas podem ser divididas da seguinte maneira: as disciplinas de fundamentos sociais e políticos, as disciplinas pedagógicas e as disciplinas da agricultura.

Sobre as disciplinas ligadas aos fundamentos sociais e políticos, temos as disciplinas Política da República Democrática de Timor-Leste; Economia Fulidaidai-Slulu; Cultura Popular; e Reforma Agrária. A primeira visa compreender as estruturas de poder do Timor-Leste, tendo em vista desenvolver as lutas pela emancipação dos camponeses leste-timorenses; a segunda, com base em experiências reais e atividades econômicas da comunidade, em consonância com literatura econômica oriunda da ciência moderna, busca discutir e desenvolver na prática essa manifestação econômica solidária; a disciplina Cultura Popular, objetiva refletir sobre as culturas Buibere (Maubere se refere ao sexo masculino;

Buibere ao sexo feminino. Ambos significam povo de Timor-Leste) e Maubere, não como estáticas, mas de uma forma dinâmica, que emerge constantemente. Também, procura-se entender o conhecimento tradicional de Timor-Leste relacionado à agricultura, abrangendo o termo Fulidaidai-Slulu. Por fim, a disciplina Reforma Agrária visa organizar a luta pelo acesso e distribuição de terras em Timor-Leste, utilizando-se não apenas do ativismo, mas também da reflexão.

Acerca das disciplinas com caráter mais pedagógico, destacam-se as disciplinas: Escrita do diário; Educação Popular; Educação Ambiental e Florestal; Pedagogia *Ukun rasik an*; e Pedagogia da Terra Maubere.

No caso da disciplina Escrita do diário, a mesma objetiva compreender a situação atual do acesso à terra e demais problemas da comunidade por meio das narrativas comunitárias, no sentido de contar a história da comunidade a partir dos conhecimentos populares ancorados na luta; a segunda, Educação Popular, busca refletir sobre os fundamentos da educação popular na relação, estabelecendo relações com outras experiências de lutas que acontecem nos países do Sul global, como é o caso do Brasil (URBAN, 2023); na disciplina Educação Ambiental e Florestal, discute sobre a importância da agroecologia, levando em conta a preservação ambiental em conjunto com os conhecimentos ancestrais e populares; Pedagogia *Ukun rasik an* objetiva desenvolver o conhecimento pedagógico, teórico e prático, como continuidade da disciplina “Educação Popular”, buscando a formação de intelectuais orgânicos, com base nas experiências populares de educação leste-timorense; e por fim, a disciplina Pedagogia da Terra Maubere, busca formar intelectuais na perspectiva da ancestralidade leste-timorense, de interrelação entre natureza e ser humano.

Em relação as disciplinas que possuem sua centralidade na prática da agricultura, destacam-se as disciplinas: Diversificação da agricultura; Agricultura Integrada; e Adubação Orgânica.

A primeira busca desenvolver práticas acerca da diversificação da produção agrícola, levando em conta as necessidades humanas, e assim desenvolvendo um cultivo para a venda, e também para o consumo próprio da comunidade; a segunda, Agricultura Integrada, busca implementar e desenvolver a agroecologia relacionada ao desenvolvimento da Tecnologia Social; e por último, a disciplina Adubação Orgânica, ela trabalha com a Tecnologia Social, relacionada ao processo de adubação, com base nos conhecimentos populares e aqueles advindos da ciência moderna.

Essas disciplinas têm como essência a produção de conhecimento pós-abissal por meio da Ecologia de Saberes, tratando da ciência moderna em consonância com os conhecimentos

populares acerca da agricultura, que se materializam por meio da Agroecologia Fulidaidai-Slulu.

Agroecologia entendida aqui como o “funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola” (GUBUR, TONÁ, 2012, p. 60).

Como parte das aulas, os alunos do IEFS realizam atividades práticas com base nos conhecimentos ancestrais, a exemplo da construção de um processo tecnológico criado na comunidade de *Lequici*: um galinheiro foi construído em cima de um tanque com peixes.

Com isso, parte dos alimentos que servem para a alimentação das aves cai no tanque fazendo com que os peixes sejam alimentados. No tanque, para além do alimento das galinhas que cai na água, os próprios dejetos das galinhas se misturam com os dejetos dos peixes, fazendo com que a água do tanque seja extremamente fértil para a rega da produção agroecológica, sem contar com produção de avos e carne que esses animais proporcionam para a comunidade. Cabe destacar que essa concepção de tecnologia tem como fundamento o que se entende por Tecnologia Social (TS) baseada em Urban (2020).

Assim, a UNAER/IEFS tem importante papel na organização, conscientização e desenvolvimento de tecnologias primordiais para o combate à pobreza, sendo uma resistência epistemológica na sua relação com a construção do conhecimento. E todo esse conhecimento prático que vem sendo desenvolvido por esse grupo de camponeses que se dá principalmente por meio da Agroecologia, pode vir a ser base para a construção de um projeto nacional na luta pela soberania alimentar e combate à pobreza, enquanto ainda é possível fazê-lo com uma parte da renda oriunda do petróleo (URBAN, 2024).

No que se refere à escala nacional, o IEFS visa uma formação que diz respeito ao desenvolvimento da produção de alimentos para o consumo, sem deixar de lado às demandas de exportação do café, ambas as produções baseadas na produção agroecológica. Assim, o papel da escola é o da construção de um Estado socializante que está ligado à lógica de que o crescimento da economia do país deve estar subordinada às demandas sociais (SANTOS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, interpreta-se o IEFS como uma utopia de universidade para o século XXI, no sentido de uma alternativa para a construção de conhecimentos e práticas inclusivas e emancipatórias (SANTOS, 2011).

E isso se dá por meio de experiências agroecológicas que têm sido realizadas pela União dos Agricultores de Ermera e, conseqüentemente, pelo Instituto de Economia Fulidaidai-Slulu. E que incentiva uma ocupação do Estado por parte dos movimentos sociais, para que assim, possa ser construído um Estado socializante.

No entanto, para que seja possível a concretização dessa proposta, faz-se de grande importância que o Estado adote uma política de planejamento espacial e econômico que contrarie as receitas oriundas dos modelos externos de caráter neoliberal. Nesse sentido, o que fica evidente que é preciso pensar numa política econômica que considere o território do país, e com base em Milton Santos (2012, p. 72), “Acreditamos, aliás, ser impossível chegar a uma sociedade mais igualitária sem reformular a organização do seu espaço”.

Enfim, é possível afirmarmos que o IEFS tem importante papel na construção da soberania alimentar no país, tendo como base alguns fundamentos teóricos, filosóficos, agrícolas e pedagógicos que perpassam por todos os componentes curriculares da universidade. Isso, propicia a educação, a agricultura e sociedade sejam pensadas de forma indissociada.

E desta forma, concluímos que por meio das disciplinas que possuem uma relação direta com a agricultura visam propor alternativas e reflexões na sociedade timorense para a necessidade de se pensar a soberania alimentar atrelada ao desenvolvimento local, com a geração de emprego e renda.

Por fim, vale aqui destacar que, assim, essa universidade popular tem em sua essência a ecologia de saberes, sobretudo pela relação horizontal em que é tratada a ciência moderna e os conhecimentos populares e ancestrais para a produção de um conhecimento pós-abissal, entendido aqui como uma resistência epistemológica, e que se manifesta por do que Santos (2010, p. 33) denomina como ciência “contra-hegemônica”.

Palavras-chave: Agroecologia, Educação Popular, Timor-Leste.

REFERÊNCIAS

D'SOUZA, R.. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

MENESES, M. P. Os desafios do Sul: traduções interculturais e interpólicas entre saberes multi-locais para amplificar a descolonização da educação. In: MONTEIRO, B. A. P. et al. **Decolonialidades na educação em ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

QUIJANO, A (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; Meneses, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. B. da. Literacy Model of the Maubere Pedagogy. In: URBAN, S. P.; SILVA, A. B; LINSINGEN, I. von. **Popular Education in Timor-Leste**: past and present experiences. Mossoró: EDUERN, 2020.

URBAN, S. P. Do MST à União dos Agricultores de Ermera (Timor-Leste): reflexões e experiências acerca da universidade popular camponesa. **Educação**, 48(1), e52/1–23, 2023.

URBAN, S. P. **Educação Popular e a luta pela terra no Timor-Leste**. Campinas: Alínea, 2022.

URBAN, S. P.. **Educação Popular e Tecnologia Social no Timor-Leste**: o Instituto de Economia Fuldaidai-Slulu. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

URBAN, S. P. Agroecologia, Educação e Desenvolvimento: Por uma política econômica/espacial de reorganização da produção e do consumo em Timor-Leste. **Diálogos**, [S. l.], v. 9, p. 31–47, 2024. DOI: 10.53930/27892182.dialogos.9.154. Disponível em: <https://dialogosuntl.com/index.php/revista/article/view/154>. Acesso em: 12 abr. 2025.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.